

# DEBATES

Nº 1  
14 Março 2001

**19 e 20 de Maio 2001 Lisboa**

**Proposta de Regulamento da IIª Convenção Nacional  
do Bloco de Esquerda (apresentada à reunião da  
Mesa Nacional de 17 de Fevereiro de 2001)**

pág. 3 a 5

---

**Horário da Convenção**

pág. 6

---

**Moção de orientação:  
Balanço e resoluções políticas**

pág. 7 a 25

---

**Manifesto Autárquico:  
Cidadania e qualidade de vida sem exclusões**

pág. 26 a

---

Este é o primeiro boletim de debates para a IIª Convenção do Bloco. Todas e todos os aderentes podem contribuir com textos, emendas, etc.

Tendo em vista a publicação de todos os contributos na próxima edição do boletim, eles devem chegar à sede central do Bloco, até ao dia 6 de Abril, via e-mail ou diskette. Os textos não devem ultrapassar as duas páginas A4.



**Bloco de Esquerda**



**SEDE NACIONAL**

**Av Almirante Reis, 131, 2º**

**C. Postal: 1150-015 LISBOA**

**Telefone: 213 510 510**

**Fax: 213 510 519**

**E-mail: [bloco.esquerda@clix.pt](mailto:bloco.esquerda@clix.pt)**

Travessa D. Sancho I, n.º 1 A  
2800-604 ALMADA  
Tel/Fax: 212752351

Av. 1º de Maio, Edf. Carvalhido, lj 76  
4600 AMARANTE  
255 422 312

Rua José Estêvão, 83, 2º E  
3800-202 AVEIRO

Rua Mestre Manuel, 15-1.º Dt.º  
7800-304 BEJA  
284 388 471

Av. Central, 54, 2º F  
4710 BRAGA  
253.617 820

Qt.ª Dr. Beirão, n.º 34, r/c  
Castelo Branco

Rua de Ourique, 4  
7780 Castro Verde

Rua Fernandes Tomás, 89  
3000 COIMBRA  
239 834 715

Rua Fernão Penteado, 39  
6200 Covilhã

Rua dos Mercadores 43 A  
7000 ÉVORA

Centro Comercial Barreiros, Lj. 18  
4760 V.N. Famalicão

Av da República, nº 168, Loja 4  
8000-808 Faro  
289 807 938 / 9  
289 812 877

Rua da Conceição, nº20  
9700 Angra do Heroísmo  
965832393 ou 965671010

Rua do Município, lote H, 4 C  
2410 LEIRIA

Apartado 9, S. Roque  
9500 PONTA DELGADA

Rua da Torrinha, 151  
4000 PORTO  
222 002 851

Rua Guilherme de Azevedo 14 - 1º  
andar  
2000 Santarém

Rua Ferreira, 6  
7520-205 SINES

Torre do Liceu, 3º andar, fracção  
AG  
4900 Viana do Castelo

Praça de D. Duarte  
3500-119 VISEU



# Proposta de Regulamento

## da IIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

(apresentada à reunião da Mesa Nacional de 17 de Fevereiro de 2001)

*Nos termos do artigo 7ª dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte regulamento da IIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda:*

### CONSTITUIÇÃO

1. A segunda Convenção Nacional do Bloco de Esquerda é constituída por *delegad@s* que tenham sido eleitos nas estruturas distritais do movimento em representação dos aderentes.

2. Tem capacidade para eleger *delegad@s* à Convenção todo o aderente que esteja inscrito no Bloco em data anterior a 28 de Fevereiro de 2001 e que tenha regularizado, até ao momento do voto na respectiva assembleia eleitoral, o pagamento da sua contribuição anual mínima.

3. Os membr@s da Mesa Nacional que cessa funções poderão tomar a palavra nos trabalhos da Convenção, mas só terão direito a voto caso tenham sido eleitos delegados. Não existem votos por inerência no Bloco de Esquerda.

4. Poderão assistir à Convenção cidadãos e cidadãs convidados pelas estruturas e aderentes do movimento. Compete à Mesa da Convenção decidir da possibilidade de intervenção dos convidados.

### ELEIÇÃO DE DELEGAD@S

5. As delegadas e delegados são eleitos pelos aderentes inscritos em cada organização distrital e que tenham capacidade eleitoral activa, nos termos do nº 2 deste regimento.

6. As delegadas e delegados serão eleit@s na proporção de 1 para 3 aderentes, a partir dos distritos. Cada distrito tem o direito de fazer-se representar por um mínimo de 3 delegad@s.

7. As delegadas e delegados serão eleitos por listas.

8. No caso de existir uma única lista, esta será aberta, isto é, os aderentes terão o direito de votar na lista em bloco ou de riscar um ou vários dos nomes que ela contem, sendo apurados os mais votados até ao total dos delegados a que a organização distrital tem direito. No caso de lista única, esta pode conter mais nomes propostos do que o número de delegados que representará a organização distrital, embora os delegados só sejam eleitos até ao limite fixado no número 6.

9. Havendo mais do que uma lista, a eleição de *delegad@s* respeitará a proporção dos votos obtidos por cada lista.

10. As listas podem conter um número inferior ao d@s *delegad@s* que representarão a organização distrital, e devem ser apresentadas à coordenadora distrital até uma semana antes da data da votação. A Mesa da Convenção pode aceitar a substituição de *delegad@* eleito que justifique a sua ausência, pelo aderente que se lhe seguia imediatamente na lista que foi submetida a voto dos aderentes.

11. A composição da mesa da votação, que se realiza em urna fechada, bem como o apuramento dos resultados, será assegurado por representan-



tes da coordenadora distrital e, a haver mais do que uma, por representante de cada uma das listas apresentadas a sufrágio.

12.

A assembleia eleitoral reunirá às 15 horas do dia da votação, discutindo os textos propostos à Convenção. As votações decorrerão em urna entre as 15 e as 20 horas desse dia, determinado entre os indicados no ponto 17, em sede do Bloco ou em locais públicos de acesso fácil, a designar pela coordenadora distrital.

13.

Será permitido o voto por correspondência, dos aderentes que não possam exercer o ser direito de voto presencialmente no dia indicado, devendo para isso fazer chegar à coordenadora distrital, até à conclusão da votação, um envelope com a sua identificação e justificação da falta, incluindo outro envelope não identificado e com o seu voto.

14.

Compete às coordenadoras distritais organizar o processo de preparação da Convenção, incluindo a eleição dos delegados, podendo, em distritos onde o número de aderentes ultrapasse os 100, organizar um ou vários círculos eleitorais em função da proximidade geográfica. Às coordenadoras distritais compete a nomeação das mesas que presidirão às votações, devendo estas mesas incluir representantes das diversas listas, se estas assim o entenderem. Essas mesas, terminada a votação, elaboram acta registando os resultados e a lista de delegad@s eleit@s.

15.

Os Estatutos obrigam as listas apresentadas para os órgãos do Bloco a responderem a um critério de paridade, mas não estendem essa condição às listas de delegad@s. No entanto, a Mesa Nacional recomenda aos proponentes das listas que procurem uma representação de mulheres e homens tão equilibrada quanto possível.

## ORDEM DE TRABALHOS

16.

A Ordem de Trabalhos da Convenção é a seguinte, estando os tempos de cada ponto definidos no anexo deste Regulamento:

1. Eleição da Mesa e votação da ordem de trabalhos e das comissões da Convenção,
2. Relatório e resolução política,
3. Manifesto Autárquico,
4. Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

## CALENDÁRIO DA CONVENÇÃO

17.

O calendário da Convenção é o seguinte:

**17 de Fevereiro:** discussão e votação das propostas de resolução da Mesa Nacional para a Convenção.

**5 de Março:** publicação das propostas de resolução, tal como resultam da discussão da Mesa Nacional (Boletim de Debates, nº1).

**25 de Março:** publicação do Boletim de Debates nº2, incluindo outros textos de aderentes do Bloco, com prioridade para os textos alternativos ou emendas.

**29 de Abril:** data limite para apresentação de listas de delegad@s em cada distrito.

**5, 6, 12, 13 de Maio:** datas possíveis para a eleição dos delegados das organizações distritais.

**19-20 de Maio:** reunião da Convenção Nacional.

## DIRECÇÃO DOS TRABALHOS

18.

A Mesa da Convenção dirige os trabalhos de acordo com este Regulamento, é responsável pelos contactos com a comunicação social, coordena os serviços de apoio à Convenção, elabora a Acta e tem competência para resolver todas as questões que sejam omissas no Regulamento.

## INTERVENÇÕES

19.

As e os delegados poderão inscrever-se para intervir em cada ponto da ordem de trabalhos, devendo fazê-lo em impresso próprio junto dos serviços de apoio.



20.

Compete à mesa definir os períodos de inscrição e gerir as inscrições, dentro dos limites dos tempos totais definidos no horário da Convenção.

21.

Os debates serão introduzidos nos pontos 2 e 3 pela comissão de redacção e, havendo alternativas globais, pelos proponentes dessas alternativas, e no ponto 4 pelos proponentes da lista ou listas que sejam apresentadas. A Comissão de Redacção, bem como os autores de alternativas globais, tem o direito de apresentar os seus documentos no início da discussão, justificando as alterações que o debate suscitou no momento anterior à votação, e os seus membros têm, como qualquer delegado, o direito de intervir no debate, inscrevendo-se da forma prevista no presente regulamento e na ordem estabelecida pelas inscrições.

22.

As alternativas globais devem ser subscritas por um mínimo de 30 aderentes, sendo os textos publicados em boletim de debates

23.

Havendo propostas de especialidade nos pontos 2 e 3 que não tenham sido aceites pela comissão de redacção, poderão os proponentes apresentá-las no período específico da ordem de trabalhos em que o tempo será repartido por todos os proponentes, não havendo debate contraditório e competindo à comissão de redacção, nos limites do horário aprovado, explicar as razões pelas quais não as incluiu no texto apresentado, após o que se passa à votação.

24.

As propostas de emenda, adenda ou alternativa que não sejam incorporadas pela comissão de redacção podem ser apresentadas e submetidas a votação mediante a subscrição de pelo menos 10 delegadas e delegados.

## VOTAÇÕES

25.

As votações para apuramento por maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegado.

26.

Compete à Mesa contar os votos, proclamar os resultados e apreciar impugnacões.

27.

As votacões decorrem no final de cada ponto da ordem de trabalhos.

## CONVIDADOS E IMPRENSA

28.

Todas as sessões da Convenção são abertas à Comunicação Social. Os representantes de partidos e organizações serão convidados a assistir à sessão de encerramento.

## ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

29.

As eleições para os órgãos nacionais decorrem por voto secreto em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos. Havendo mais do que uma lista, a composição desses órgãos é determinada pela proporção dos votos recolhidos por cada lista.

## RESPEITO PELO FUNCIONAMENTO DA CONVENÇÃO

30.

Os participantes e convidados devem tomar lugar na sala de sessões durante os trabalhos.

31.

Os participantes e convidados devem desligar os telemóveis ou manterem-nos em modo de silêncio na sala onde decorrem os trabalhos da Convenção



# HORÁRIO DA CONVENÇÃO

(nota: a haver alternativas globais, o horário será readequado para prever a sua apresentação)

→ *Convenc - Enrole Sup. de Com. Socia, h/ (metra do Colegio Mikibu) tras C.C. Fonte Nova*

## SÁBADO, 19 DE MAIO

9H30

Credenciação

11H-11.10

Abertura dos trabalhos pela Comissão Organizadora

11H10-11.20

*Ponto 1 da OT: Eleição da Mesa e votação da ordem de trabalhos, do regulamento da convenção e das comissões da Convenção. Votação.*

11H20-11.40

*Ponto 2 da OT: Apresentação do Relatório e resolução política, pela Comissão de Redacção da Mesa Nacional.*

11H40-13H00

Debate do Relatório e resolução política

13H-15H

Intervalo

15H-17.00

Debate do Relatório e resolução política

**17H FIM DO PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DE LISTAS PARA OS ÓRGÃOS NACIONAIS**

17H-17.20

Conclusão do debate pela Comissão de Redacção

17H20-17.30

Apresentação de emendas e adendas na especialidade pelos seus proponentes

17H30-17.40

Intervenção da Comissão de Redacção sobre as emendas e adendas

17H40

Votações sobre relatório e resolução política (emendas, adendas, alternativas e texto final)

17H50 – 18H20

Intervalo

18.20

Apresentação da lista ou listas para a *Mesa Nacional e da Comissão de Direitos (Ponto 4 da OT)*. Início da votação em urna.

18.30-18.50

*Ponto 3. Apresentação do Manifesto Autárquico pela Comissão de Redacção.*

18.50- 20.30

Debate sobre o Manifesto Autárquico

20.30

Interrupção dos trabalhos (urnas abertas até às 21h).

## DOMINGO, 20 DE MAIO

10.30-12.30

Continuação do debate sobre o Manifesto Autárquico e votação.

12H

Encerramento das urnas para a eleição dos órgãos nacionais e início do apuramento dos resultados.

12H45

Apresentação dos resultados da eleição para os órgãos nacionais.

13H-13.30

Sessão de encerramento da Convenção.



Projecto aprovado pela Mesa Nacional

# Moção de orientação para a IIª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

## *Balanço e resoluções políticas*

(A linha geral desta moção foi aprovada pela Mesa Nacional de 17 de Fevereiro, com uma única abstenção.

A versão final a apresentar à Convenção será discutida em próxima reunião da Mesa Nacional, beneficiando das contribuições dos aderentes que queiram apresentar comentários e pontos de vista.)

### O TEMPO DE UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

A Iª Convenção Nacional do Bloco de Esquerda aprovou uma moção de orientação, “*Novos Tempos, Nova Esquerda*”, que definiu a linha geral de análise e de actuação do movimento para 2000 e 2001. Ela mantém-se actual e, por isso, a presente moção retoma as suas linhas de força.

Nessa moção de orientação fixava-se a identidade de um movimento plural e unido por causas fundadoras, determinado em fazer crescer uma nova esquerda no país e em renovar a oposição. Esse tem sido e esse continuará a ser o Bloco de Esquerda.

Nessa moção assumia-se um património programático, o que decorria do texto de fundação, “*Começar de Novo*”, bem como dos programas que o Bloco submeteu aos cidadãos a partir daí: o “*Contrato pela Europa*” – que definia o sentido de um europeísmo de esquerda – e “*É Tempo de Ser Exigente*” – os compromissos para a luta política e para a acção parlamentar. A IIª Convenção confirma e reforça essa opção.

A presente Moção de Orientação acrescen-

ta um balanço do trabalho do movimento, em particular ao longo do último ano, da sua intervenção social, do mandato parlamentar, da campanha presidencial, e determina escolhas fundamentais para a acção política no segundo semestre de 2001 e para o ano de 2002, incluindo as eleições autárquicas e definindo as grandes opções do Bloco para a luta social.

**A IIª Convenção assume, assim, a continuidade de um movimento em que se reconhecem hoje tantos milhares de cidadãos e cidadãs.**

## CAPÍTULO I

### DOIS ANOS DO BLOCO DE ESQUERDA

Dois anos depois da assembleia fundadora do Bloco de Esquerda, o movimento ganhou raízes sociais, começou a organizar-se, fez convergir correntes e activistas das esquerdas e protagonizou debates importantes no país. Colocou-se à prova. Integrou-se nas lutas sociais mais importantes e assumiu um lugar destacado na mobilização cidadã em questões decisivas. Foi a



votos e elegeu um grupo parlamentar. Apresentou um candidato presidencial e cresceu politicamente. Foi à luta e marcou o nosso tempo.

O Bloco respondeu politicamente pelos seus compromissos e esteve à altura da exigência que colocou: criar uma nova esquerda combativa, solidária, universalista.

É a partir desta presença política e social que o nosso movimento emerge como alternativa na esquerda, aberta à sociedade e empenhada na acção transformadora.

### 1.1.OS COMPROMISSOS DO BLOCO

*O Bloco de Esquerda nasceu de uma exigência, de uma ambição e de um compromisso.*

*Uma exigência: a convocação de uma esquerda de luta e de proposta, de reflexão e de mobilização, num espaço plural e de convergência.*

*Uma ambição: mudar o mapa político do país, criando novos espaços para a crítica, para a democracia, para a luta social.*

*E ainda um compromisso fundamental: uma atitude nova capaz de recuperar a iniciativa, de enfrentar a direita*

Candidatos e candidatas às eleições autárquicas de 2001 apresentar-se-ão este ano em listas promovidas ou apoiadas pelo Bloco de Esquerda.

Para lá das plataformas de resposta aos anseios das respectivas populações, eles comprometem-se publicamente com um projecto nacional de gestão autárquica: o de quantos e quantas se reconhecem em estratégias de desenvolvimento sustentável assentes numa cidadania exigente.os. É dessa exigência, dessa ambição e desse compromisso que o Bloco presta contas.

### 1.2.MUDAR O MAPA POLÍTICO DO PAÍS

A resposta ao impasse do sistema político, cuja capacidade de representação se resumia ao sistema rotativo no bloco central, e que à sua esquerda se encontrava num impasse de projecto, iniciativa e capacidade agregadora, foi uma das motivações principais dos criadores do movimento.

Esse movimento tinha que passar por testes

fundadores: o teste da coerência política das suas propostas, o teste das eleições (europeias, legislativas, presidenciais), o teste das mobilizações na sociedade. Essa seria, em suma, a prova da sua capacidade de “correr por fora”: um movimento candidato à renovação da oposição, mesmo quando estava e tinha que ser interveniente nas instituições para as quais obtivera representação.

Esses objectivos foram realizados. O Bloco é hoje uma força de mobilização de milhares de aderentes e de simpatizantes que participam nas actividades e lutas de uma esquerda nova de que não querem abdicar. É uma força política incontornável no debate nacional e que está presente nos esforços de recomposição da esquerda a nível internacional. É uma força de oposição que determina maiorias para políticas concretas e que enfrenta o governo com coerência.

*Com o Bloco, o mapa político do país começou de facto a mudar. Mas ainda há muito que fazer nessa direcção.*

### 1.3.UM MOVIMENTO DE TRABALHADORES

*Apesar de recente, o Bloco é herdeiro de tradições, experiências e lutas das esquerdas, em particular no movimento e nas organizações dos trabalhadores.*

A presença de activistas do Bloco nas actividades sindicais, na direcção da CGTP, bem como nas Comissões de Trabalhadores de muitas empresas, exprime essa tradição e essa continuidade. Respeitando a autonomia e a especificidade das organizações sociais, a actividade do Bloco de Esquerda evita e critica o controlo partidário e a instrumentalização e compromete-se com a defesa de plataformas reivindicativas que representem a unidade dos trabalhadores.

*Foi nesse sentido que se exprimiu a Conferência Nacional sobre o Trabalho e Imigração, realizada nos finais de 2000 em Lisboa, que juntou três centenas de activistas sindicais, de CTs e de organizações de imigrantes.*

Esta é uma intervenção social fundamental para o futuro do Bloco de Esquerda. O movimento operário é e deve ser portador da luta por todos



os direitos de cidadania, e o lugar central do Trabalho nas sociedades baseadas na exploração exige que a renovação da esquerda erga a luta dos trabalhadores até novos patamares de unidade e capacidade transformadora.

Por isso, aderentes do Bloco de Esquerda empenharam-se, como porta-vozes políticos do movimento, como dirigentes sindicais ou como activistas, em mobilizações como as das Minas de Neves Corvo, da Arcotêxteis contra os despedimentos de sindicalistas e pelo direito à greve, as da Coca, em Felgueiras, ou da Clarks, em Arouca, contra os despedimentos e a deslocalização, as dos pescadores ou dos maquinistas pelos seus direitos, as da TAP ou da Petrogal contra a privatização e os negócios. Deputados do Bloco participaram em plenários de trabalhadores, em reuniões sindicais, intervieram junto do governo sobre estas lutas e estiveram presentes nas manifestações onde foi preciso levantar a voz solidária.

*Para o Bloco, é decisiva a confiança, o apoio e a participação activa dos mais explorados e dos trabalhadores, que são marginalizados num sistema económico dirigido pelo lucro privado contra os interesses colectivos.*

## **1.4.UM MOVIMENTO ABERTO PARA A LUTA CIDADÃ**

A organização do Bloco é ainda muito deficiente, embora tenha registado uma evolução importante ao longo do último ano.

Depois da Iª Convenção iniciou-se um processo de constituição de núcleos de base, de eleição de coordenadoras distritais, de constituição de alguns grupos de trabalho sobre temas específicos (direitos das mulheres, políticas para as cidades), mas esse trabalho é ainda preliminar.

*Realizaram-se, desde a Convenção e pela primeira vez, reuniões nacionais sectoriais ou temáticas, como a Conferência sobre Democracia (Porto, Abril), a Conferência sobre a Cultura (Porto, Novembro), a Conferência Nacional dos Jovens (Lisboa, Novembro), a Conferência Nacional sobre os Direitos das Mulheres (Braga, Dezembro), e ainda seminários sobre Desenvolvimento e Interioridade (Mértola, Novembro;*

*Tondela, Dezembro). Desses encontros resultaram coordenadoras ou grupos de trabalho, esboços de programas, debates em aberto e uma grande vontade de intervir em todas essas questões sociais fundamentais que determinam os contornos de uma alternativa de esquerda.*

A realização destas reuniões e conferências nacionais tem sido uma forma adequada ao debate e à preparação da intervenção do Bloco.

*No espaço entre Convenções contam-se por várias centenas as reuniões públicas, sessões de debate, comícios e intervenções de Norte a Sul do país, inclusivamente em localidades onde nunca antes se realizara qualquer iniciativa do movimento. Nesses actos públicos, o Bloco deu particular importância aos temas da reforma fiscal, da laicidade do Estado e das políticas de combate à toxicod dependência.*

Em consequência desta intervenção, formaram-se novos núcleos e comissões concelhias e distritais, dando ao Bloco um carácter nacional que é fundamental para a coerência da sua intervenção e mesmo para garantir a sua capacidade de reflexão e conhecimento do país.

Por outro lado, aumentou o número de aderentes, colocando novos problemas de organização, de circulação de informação e de democracia que ainda não estão resolvidos.

A base de aderentes constitui ainda uma minoria de quantos poderiam empenhar-se desde já numa intervenção política participativa e activa na construção desta esquerda. *A abertura do Bloco à participação cidadã de quantos querem juntar forças nesta esquerda nova é a condição do seu desenvolvimento como alternativa. O aumento do número de aderentes ao Bloco é fundamental para o crescimento desta esquerda, para a maturação da capacidade de alternativa e para o reforço da movimentação social.*

## **1.5.A ACÇÃO PARLAMENTAR**

Em ano e meio de actividade parlamentar, o Bloco empenhou-se em desenvolver uma intervenção de referência para o debate político nacional, concretizando as suas propostas em projec-



tos de lei e outras iniciativas legislativas. Esse esforço envolveu a mobilização de uma pequena equipa de assessores parlamentares, mas igualmente de muitas pessoas que foram consultadas sobre leis específicas, que ofereceram sugestões ou que escreveram ao grupo parlamentar, bem como de técnicos e especialistas que participaram em audições. A actividade parlamentar tem nesse contacto social uma dimensão muito importante do seu trabalho, tendo criado uma linha verde, respondendo a milhares de cartas e recebendo semanalmente dezenas de sindicatos ou outras associações, e ainda pessoas que apresentam queixas, protestos ou razões.

Até Fevereiro, esta actividade traduziu-se na apresentação de 54 projectos de lei pelo Bloco, enquanto que Governo apresentou 57 no mesmo período, o PCP 70, o PSD 69, o PP 42, o PS 27 e o PEV 12 (as comparações são feitas com exclusão de propostas sobre freguesias, vilas e concelhos).

*Mais importante será o conteúdo desses projectos:*

*Na área do trabalho: redução do horário semanal para 35 horas, limitação dos contratos a prazo, recuperação das pensões degradadas da função pública, lei da segurança social, reforma dos bailarinos, reforma dos pescadores, fundo de compensação salarial para os pescadores,*

*Na área da saúde: regulamentação das medicinas alternativas, farmácias públicas nos hospitais e medicamentos genéricos, pílula do dia seguinte,*

*Na área da droga: alterações à lei da droga, programa piloto de distribuição medicamente assistida de heroína, medidas de prevenção de riscos entre os toxicodependentes,*

*Na área dos direitos: direitos de união de facto para os casais homossexuais, novo regime de adopção de crianças, medidas contra a violência no desporto, direitos das famílias monoparentais, direitos das pessoas idosas, criminalização dos abusos sobre menores,*

*Na área do sistema político: direito de iniciativa legislativa popular, limitação de*

*mandatos para os presidentes de câmara, lei de financiamento dos partidos,*

*Conteúdo urgente!*  
*Na área dos direitos das mulheres: criminalização da violência doméstica, despenalização do aborto, estatuto das organizações de mulheres,*

*Na área da imigração: nova lei da imigração, estatuto dos mediadores culturais e de saúde,*

*Na área do ensino: organização do ensino superior, educação sexual nas escolas,*

*Na área do ambiente: proibição de organismos geneticamente modificados, suspensão da co-incineração, redução e racionalização do uso de combustíveis fósseis,*

*Na área da reforma fiscal: reforma global incluindo IRS, IRC, IVA, Contribuição Autárquica, Imposto sobre as Fortunas, Imposto Imobiliário, Sisa, Imposto Sucessório, offshore da Madeira, impostos sobre energia, Imposto Automóvel, estatuto do Defensor do Contribuinte, combate à especulação urbana.*

De sublinhar que os projectos sobre Trabalho foram submetidos a discussão pública, tendo alguns recebido o apoio expresso de sindicatos e sido discutidos no Conselho Nacional da CGTP.

Dos 54, 11 foram aprovados e concluídos; 6 foram aprovados na generalidade e estão em discussão de especialidade; outro não foi votado mas está também em discussão na especialidade – sobre a limitação dos contratos a prazo; e 27 estão ainda pendentes para agendamento.

O trabalho do grupo parlamentar exprime-se também na comparação entre os projectos de lei que nesta legislatura passaram por tramitação final, e que hoje são portanto leis da República: de todas as leis aprovadas por proposta dos grupos parlamentares, 11 foram originadas no BE, 8 derivam de projectos do PCP, 7 do PSD, 5 do PP e somente 3 do PS [dados de 15 de Fevereiro].

Dos projectos apresentados pelo Bloco, 8 foram recusados: a limitação de mandatos para as autarquias, a lei da liberdade religiosa e de laicização do Estado, a proibição de touros de morte, as casas de xuto, a alteração à lei da dro-



ga, a recuperação das pensões degradadas da Função Pública, a lei da imigração e, quando foi discutida da primeira vez, a lei dos contratos a prazo. Os projectos rejeitados tiveram no entanto um papel fundamental: foi o agendamento potestativo exercido pelo Bloco que obrigou o governo a apresentar propostas de lei que conduziram a uma maioria parlamentar para a descriminalização do consumo de droga, e foram as duas interpelações, mais a apresentação de propostas próprias, mais a pressão sobre o Orçamento, que forçaram o início da reforma fiscal do IRS e IRC. A nossa insistência na questão fundamental dos contratos a prazo permite agora reabrir a discussão e abre a porta para alterações ao regime actual.

De assinalar ainda que nasceram do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda duas alterações fundamentais ao Orçamento de 2000: a abolição da dívida externa de Moçambique, quando o país estava devastado pelas cheias, e a introdução dos preservativos nas despesas de saúde para efeitos de IRS, com a redução do IVA para 5%.

O grupo parlamentar esteve também activo no debate político, através de resoluções (sobre a Taxa Tobin, e outras) e de moções (entre outras, acerca da liberdade de imprensa em Angola, em defesa do líder curdo Oçalan, contra a pena de morte a que está condenado Mummia Abu Jamal, contra a requisição civil dos maquinistas, exigindo o esclarecimento das responsabilidades no assassinato de um cidadão cigano no Porto – o que conduziu à demissão do chefe metropolitano da polícia, pela reafirmação do carácter laico do Estado e da liberdade de ter ou não religião).

O grupo parlamentar percorreu o país associando-se a lutas concretas: da população de Bigorne ou de Vila Seca; dos imigrantes à porta do SEF ou nas repartições de finanças, em bairros e em obras; de trabalhadores como os da Somincor ou da Clarks, dos mineiros ou dos pescadores, dos estudantes do secundário. Realizaram-se frequentemente sessões de Parlamento Aberto para a prestação de contas pelos deputados, nomeadamente para a discussão de algumas das grandes opções que o Bloco foi chamado a tomar, como acerca dos Orçamentos de Estado.

As iniciativas e escolhas concretas do grupo parlamentar são certamente passíveis de discussão e de crítica e nem sempre recolheram unanimidade de opiniões, o que é natural. Mas a generalidade dos aderentes do Bloco e todas as son-

dagens de opinião têm confirmado que este intenso trabalho contribuiu poderosamente para o desenvolvimento político do movimento.

*Nas condições difíceis em que constitui uma pequena minoria no parlamento - representação minoritária que distorce, prejudicando, o peso real do Bloco no país - o grupo parlamentar do Bloco de Esquerda cumpriu as suas obrigações: apresentou propostas, conduziu debates, argumentou e votou coerentemente com os seus princípios.*

## 1.6. A CAMPANHA PRESIDENCIAL

A decisão de apresentar uma candidatura, representando a área política do Bloco de Esquerda, não era fácil. As eleições presidenciais foram vistas pela maioria da população como um processo de reconfirmação de um presidente em funções, quando a direita estava dividida e enfraquecida pela indisponibilidade dos seus dirigentes para combates derrotados, conduzindo a campanha sem enfrentamento real. O próprio candidato ganhador era visto por parte da esquerda como suficientemente distanciado do governo para merecer alguma confiança. Neste contexto complexo, a Mesa Nacional do Bloco decidiu apresentar um candidato que se batesse por um programa próprio e que clarificasse as escolhas nas presidenciais, e considerou que essa era a única opção aceitável e desejável.

*Esta escolha exigia uma campanha enérgica e uma longa batalha. Fernando Rosas foi convidado para desempenhar essa tarefa e dirigiu esta campanha com grande determinação, percorrendo o país, impondo o ritmo do debate eleitoral, marcando as alternativas e fazendo crescer o resultado percentual da nova esquerda.*

A campanha, que se iniciou em Junho de 2000 e que durou portanto cerca de seis meses, foi extraordinariamente intensa e confirmou a necessidade desta política: a esquerda não podia ficar reduzida a um candidato da área do governo e a um candidato do PCP que se preparava para a desistência. Ao mudar esta configuração de forças, Fernando Rosas abriu um espaço novo. Os resultados confirmaram a importância de uma política clarificadora, com o crescimento da votação do Bloco em quase todo o país e uma votação superior à do candidato do PCP em 147 con-



celhos do país e em cinco distritos e regiões autónomas, alguns deles de grande importância: Bragança, Aveiro, Madeira, Vila Real, Açores (ver a análise detalhada dos resultados eleitorais na resolução da Mesa Nacional acerca do balanço das presidenciais). Estes resultados fizeram-se contra as sondagens, é conveniente lembrá-lo, que, como se veio a verificar, desvalorizaram o peso real da candidatura.

Esta campanha foi ainda decisiva, como os acontecimentos o vieram a provar, para suscitar as questões tão importantes como a das condições do exercício do poder e da responsabilidade do presidente; as sequelas da agressão da NATO no Kosovo com recurso a munições revestidas com urânio empobrecido; lutas sociais como as dos mineiros de Neves Corvo, das trabalhadoras da Arcotêxteis e da Coca; ou ainda as questões relacionadas com a interioridade, o desenvolvimento e a questão da terra – abordadas pela primeira vez em detalhe por uma campanha bloquista.

**Sem esta candidatura, teria sobrevivido o unanimismo sobre a NATO e sobre questões sociais e políticas fundamentais, e a eleição teria sido uma mera questão de rotina. Com ela, o debate teve lugar e abriram-se novos caminhos para a nova esquerda.**

## 1.7. UM BLOCO PARA MUDAR A ESQUERDA

Ao fim de dois anos, o Bloco pode fazer um balanço sereno da sua caminhada. Manteve o seu carácter plural e convergente, e alargou a sua representação social, política e eleitoral. Enraizou-se em movimentos cidadãos. Respondeu às grandes questões políticas. E, sobretudo, manteve o seu rumo tal como definido pela Iª Convenção: como movimento de oposição, contribuiu para a renovação da esquerda, para intervenções claras e clarificadoras. Fomos a única força de esquerda a apresentar uma moção de rejeição do programa do governo, manifestando desde o primeiro dia a nossa alternativa, e mantivemos a coerência política de uma oposição com propostas e iniciativas.

Os testes mais difíceis, desde a última Convenção, foram as eleições presidenciais e o debate dos dois Orçamentos que o Bloco rejeitou porque consagravam políticas socialmente gravosas e economicamente injustas. Nesses testes, o Blo-

co interveio respeitando o mandato que pedira e obtivera dos eleitores.

**Fizemos as escolhas que queríamos fazer. É sobre essas escolhas fundamentais que submetemos o balanço à apreciação das delegadas e dos delegados à Convenção.**

## CAPÍTULO II

### RENOVAR A SOLIDARIEDADE

*“O debate principal que atravessa a esquerda nesta mudança de século é o de saber se a globalização capitalista é regulável, se é possível atingir-se uma ordem mundial mais justa e solidária, sem que a pressão social ponha em causa os fundamentos, as leis e as tendências em que assenta a economia mundial. Em nossa opinião, não é. A primeira hipótese que norteia toda a actividade política do Bloco é a da necessidade de uma ruptura civilizacional com a ordem mundial existente. É desse antagonismo que partimos para a acção.”*

*In Novos tempos, nova esquerda  
(moção aprovada na Iª Convenção)*

## 2.1 A CRÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA E A NECESSIDADE DE UMA RUPTURA CIVILIZACIONAL

Desde a Iª Convenção do Bloco de Esquerda, sobram os motivos para insistir nesta conclusão e na linha de acção que daí temos vindo a concluir. Ao longo deste capítulo, referem-se brevemente alguns dos acontecimentos importantes ocorridos desde a Convenção anterior, sem se detalhar uma análise global da evolução internacional.

### 2.1.1. AS GUERRAS DA NATO

A intervenção da NATO na guerra do Kosovo foi, como assinalou Eduardo Lourenço, “uma guerra contra a Europa”. A União Europeia aceitou mesmo condicionar simbolicamente a sua estratégia ao ponto de indigitar o anterior secretário-geral da NATO como primeiro representante da União para os assuntos externos, o “senhor PESC”.



Como se assinalou na Convenção anterior, desta desagregação da antiga ordem mundial tem emergido um caos organizado sob a liderança dos Estados Unidos, que despreza instrumentos de uma multipolaridade fracassada, como a ONU, impõe a partir de factos consumados um novo conceito de estratégia ofensiva para a NATO, e multiplica as acções que procuram reduzir os Balcãs a um sistema de protectorados. A insistência da nova administração Bush em relançar o projecto reaganiano da Guerra das Estrelas e as novos raids sobre o Iraque indicam com clareza que a administração republicana não deseja abrir mão da iniciativa política e económica belicista.

Ao mesmo tempo, o uso do urânio empobrecido pelos arsenais da NATO, primeiro no Golfo (em 1991) e depois na região balcânica, prova a influência decisiva do complexo industrial-militar, que rentabiliza os detritos nucleares e os reconverte em armamento, provocando a disseminação de uma forma de guerra radiológica e química que atinge violentamente as populações civis até depois do fim dos conflitos militares.

A cumplicidade do governo português em relação a estas opções, bem como a protecção dada pela Presidência à estratégia da NATO, manifesta a incapacidade de formular uma política autónoma de defesa e de relações internacionais por parte do Estado português.

*O Bloco bateu-se e continua a bater-se por uma política de paz, pela condenação dos responsáveis de todos os crimes de guerra, incluindo os genocidas e os generais da NATO, e defende um sistema de relações internacionais baseadas no respeito pelo primado dos direitos, pela auto-determinação, paz e pela cooperação entre os povos.*

### 2.1.2. NOVAS E VELHAS GUERRAS

Ao longo do último ano dois focos de tensão emergiram ou confirmaram a gravidade dos conflitos que os alimentam:

A Palestina continuou a viver uma situação de guerra não declarada. Depois da provocação de Ariel Sharon na Esplanada das Mesquitas ter desencadeado uma nova *intifada* e ter conduzido a eleições gerais em Israel, com a vitória da direita e um governo de coligação da extrema-direita aos trabalhistas, torna-se mais difícil o estabele-

cimento de uma paz duradoura, que deve necessariamente assentar no respeito pela declaração de independência do Estado Palestino, na devolução das terras ocupadas, numa solução duradoura para Jerusalém e na convivência pacífica entre os povos da zona. O Bloco manifestou-se contra a deriva política baseada nas ameaças e nas exclusões e associa-se ao movimento internacional que exige e favorece o fim desta guerra.

Entretanto, derrotada a invasão indonésia de Timor e afastada a actuação das milícias assassinas, o povo maubere iniciou a reconstrução e a formação das suas instituições próprias. O Bloco de Esquerda, que se empenhara profundamente na luta solidária contra a ditadura indonésia e a ocupação de Timor, acompanhou de perto esse esforço de reconstrução e de afirmação política, tanto através de visitas de um dos seus deputados quanto por contactos e discussões com dirigentes do CNRT, como ainda através de contactos com forças da esquerda indonésia. *O Bloco manifesta o seu apoio ao movimento nacionalista e às esquerdas mauberes que preparam a declaração de independência de Timor-Loro Sae e que reclamam a solidariedade internacional de que o país necessita.*

## 2.2. A GLOBALIZAÇÃO ENTRE DAVOS E PORTO ALEGRE

Em 2001, a globalização capitalista foi contestada por mobilizações sociais de grandes dimensões. Depois das manifestações de Seattle e de Praga, depois das manifestações contra a OMC e o FMI, depois da Marcha Mundial das Mulheres em Nova Iorque junto ao Banco Mundial, FMI e ONU, o governo petista do Rio Grande do Sul convidou as esquerdas e muitos dos seus eleitos, parlamentares ou autarcas, além das organizações não governamentais dos vários continentes, a reunirem-se no Iº Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Essa reunião constituiu o contraponto da Cimeira de Davos, em que se têm agrupado rotineiramente os grandes banqueiros e financeiros ao lado dos representantes de governos. Assim, enquanto que na Suíça se discutia a imposição da globalização capitalista, no Brasil mobilizavam-se milhares de representantes das esquerdas, dos movimentos sindicais e ecologistas, dos sem-terra, de organizações não governamentais e outros empenhados na luta contra o neo-liberalismo.

Essa reunião de Porto Alegre, em que o Blo-



co se fez representar, constituiu um marco assinalável na contestação da civilização da injustiça e estabelece uma plataforma de encontro, disponível para gerar iniciativas e acções concretas, como por exemplo contra o plano de intervenção militar dos Estados Unidos na Colômbia e na zona amazónica. Este primeiro passo para uma nova geração do internacionalismo solidário tem grande importância para as esquerdas europeias.

### 2.3. A EUROPA CONDICIONADA AO DIRECTÓRIO DAS POTÊNCIAS

Neste contexto de reorganização da ordem mundial, a Europa tem vindo a consagrar, no seu próprio espaço, a civilização da injustiça e da discriminação que são consequência do neo-liberalismo, da circulação de capitais sem limites nem controlo, da financiarização das trocas mundiais e da imposição da concentração privada de riqueza.

Com esta opção dos poderes da União e respectivos governos nacionais, a Europa perde uma oportunidade histórica de alargamento, de afirmação de direitos sociais, de coordenação económica no combate ao desemprego e à precariedade do trabalho. A Cimeira de Nice, em particular, consagrou uma reestruturação das instituições da União que acentua o predomínio dos interesses financeiros – com o reforço, ao longo dos últimos dois anos, da força inquestionada do Banco Central Europeu – e dos poderes dominantes, que se fazem representar agora num directório informal dos governos dos grandes países para condicionar as deliberações das instâncias europeias.

Ao invés de contribuir para a participação democrática e para escolhas claras sobre a coordenação de políticas económicas, sobre a integração dos imigrantes e o combate às desigualdades, sobre o alargamento respeitando as necessidades de cada região, a União confirma e aprofunda o caminho para uma moeda única construída sobre a base de políticas monetaristas. Assim, a política monetária, e as consequentes restrições às políticas fiscais e orçamentais na Europa, impõem um euro essencialmente dedicado ao combate anti-inflacionário, mesmo que o preço seja a sub-utilização das capacidades produtivas e o desemprego.

Contra esta estratégia, partidos das esquerda europeia têm vindo a reunir-se, depois de uma cimeira promovida em Lisboa a convite do Bloco de Esquerda, em paralelo com a reunião extraordinária dos ministros europeus acerca do emprego. A reunião seguinte, em Paris, acertou a regularização destes encontros para coordenar esforços, trocar informações e criar uma rede de colaboração entre forças empenhadas na luta contra o neo-liberalismo. O Bloco prosseguirá esse esforço, procurando juntar numa mesa redonda todos os movimentos europeístas de esquerda.

## RESOLUÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE INTERNACIONAL DO BLOCO

*Os órgãos directivos do Bloco são mandatados para:*

- 1. manter uma actividade insistente na oposição à intervenção da NATO nos Balcãs, denunciando a guerra que prossegue contra as populações civis e exigindo a moratória do uso de munições com urânio empobrecido, bem como a retirada das tropas portuguesas, e defendendo uma solução de paz entre os povos da região,*
- 2. prosseguir em Timor os contactos com as forças de esquerda, incluindo a Fretilin e o Partido Socialista de Timor, acompanhando e apoiando o processo de auto-determinação nacional com a declaração da independência,*
- 3. fazer representar o movimento no IIº Forum Social Mundial, a realizar em Porto Alegre em 2002,*
- 4. manter a presença empenhada do Bloco nas reuniões da esquerda europeia que se realizam por ocasião de cada cimeira da União.*

*Sauide do NATO*



## CAPÍTULO III

# A GOVERNAÇÃO EM CRISE

Ao fim de seis anos de governo, o primeiro ministro António Guterres chegou ao fim do seu estado de graça e lançou o governo num emergente estado de desgraça.

As contradições de uma política remendista estão agora à vista. O sistema de justiça continua preso a uma morosidade que discrimina socialmente e o sistema prisional continua superlotado com presos preventivos. O ensino vive a incerteza de semi-reformas sobrepostas, perante professores forçados ao desânimo e alunos levados à irritação, como os estudantes do secundário têm demonstrado pelas ruas do país nas maiores manifestações estudantis desde há anos. Os sistemas públicos estão dilacerados pelas privatizações – que transferem para o domínio do lucro privado algumas funções essenciais, como partes do sistema dos transportes, das comunicações, da energia, das actividades financeiras – e o Estado vai-se remetendo explicitamente ao papel de subsidiário e guardião dos interesses mais poderosos. A política de subsídios na cultura é entregue aos devaneios de gestores sem projecto, tornando-se imediatamente palco do desgoverno, do arbítrio e da insensatez mais chocantes, prejudicando a criação cultural mais enraizada e parализando as novas propostas mais inovadoras. E entretanto, no ambiente, o negócio e a oportunidade continuam a ditar a lei.

A crise é de projecto e porque é de projecto é de governo. Desta constatação se deve partir para a análise das condições para uma alternativa.

### 3.1. LIÇÕES DE UM TRAGÉDIA

O trágico acidente de Castelo de Paiva, e os acontecimentos que se lhe seguiram, revelam o estado do país e, em particular, o atraso do interior confrontado com o desenvolvimento do lito-

ral, as assimetrias profundas nas acessibilidades, nos serviços públicos, na criação de igualdade de oportunidades. Portugal são dois países – pelo menos. A poucas dezenas de quilómetros do Porto e de Aveiro as distâncias medem-se em horas de viagem. Desertificado pela pobreza e pela emigração, dominado quantas vezes pelo caciquismo, o interior é um degredo na sua própria terra. Os acontecimentos revelam a natureza das prioridades de que os governos de bloco central se têm ocupado e as que deixam cair: enquanto se discute se um TGV que custa 800 milhões de contos deve ou não fazer de metropolitano de superfície e parar na Ota, não se sabe quantas pontes ameaçam ruir.

Mas estes trágicos acontecimentos revelaram igualmente o estado da administração pública, a falta de rigor nos serviços técnicos, a vulnerabilidade de sectores fundamentais à corrupção – como foi o caso da Junta Autónoma das Estradas –, bem como a prepotência e a arrogância tecnocrática de quantos dos seus gestores. Pior ainda, o caso revelou a urgência de uma democracia onde se possam fazer ouvir os que estão longe dos centros de decisão.

Os acontecimentos revelam ainda o que o poder rosa vem procurando esconder: que em seis anos de governo está por realizar o que é essencial para a modernização do país, para a erradicação das injustiças e para a formação de uma consciência nacional de exigência. O discurso da modernidade e da prioridade às pessoas prometeu o que não queria cumprir. Não existe, no governo socialista, qualquer réstia da capacidade reformadora que havia anunciado.

*E existe, entre o país e o seu governo, um divórcio que já não é superável sem uma profunda mudança de políticas e protagonistas.*

### 3.2. CONSEQUÊNCIAS DA TRAGÉDIA SOBRE A CRISE DA POLÍTICA

Estão ainda por avaliar em toda a sua extensão as consequências da tragédia sobre a relação entre os cidadãos e o poder político. Mas é evidente que o divórcio entre uns e outros está condenado a aprofundar-se na sequência do comportamento dos poderes públicos que se encontra na origem das causas do ocorrido.

Se a tragédia de Castelo de Paiva condensa



muitos dos erros graves no exercício do poder em Portugal, os sinais do divórcio entre a vida e o rotativismo eram já mais que evidentes, em particular no aumento explosivo da abstenção, em particular nas eleições europeias e presidenciais, mas também nas eleições autárquicas e legislativas.

Na moção aprovada na primeira convenção, o BE associava este fenómeno quer às políticas concretas que não respondiam às necessidades dos mais fracos, quer aos modos do exercício do poder e da espectacularização da política. As respostas a esta crise, pela esquerda, não são por isso simples. Exigem alternativa de proposta programática e alternativa política e social. Como disse recentemente, para outras condições políticas tão diferentes, o sub-comandante Marcos, o essencial não se resume à «conquista do poder», mas depende da conquista de uma nova «relação entre o poder e os cidadãos».

*Mas, desde já, o que parece evidente, dada a profundidade deste processo de contestação das raízes sociais e políticas do poder, é que quantos e quantas se situem à esquerda da governação não podem ser confundidos nem absorvidos por ela, sob pena de hipotecarem a construção de uma alternativa.*

### 3.3. O ESGOTAMENTO DA ROSA

Os sinais de esgotamento da governação já antes de Castelo de Paiva estavam à vista. E a moção antecipadamente ganhadora que António Guterres apresenta ao congresso socialista não contém as linhas de saída pela esquerda para a crise evidente em que mergulhou a governabilidade do país.

Ao longo do ano de 2000 o governo Guterres acentuou estes sinais de esgotamento. Sucessivas demissões de ministros, pequenas remodelações desencadeadas por vários pretextos, a instalação de um campo de minas entre políticos e gestores públicos, as guerrilhas a todos os níveis do PS, as oscilações da bancada parlamentar, a falta de coerência da actividade governamental, são disso exemplo.

Tais sinais são a expressão de um modelo político incoerente. Em tudo o que é estrutural e estruturante no sistema político-económico português, afirma-se o bloco central PS/PSD. Em

conjunto, os dois partidos convergem sobre a União Europeia, sobre a NATO, sobre o programa de privatizações, sobre medidas de contra-reforma eleitoral, sobre alterações à Constituição, sobre a preservação de privilégios inconstitucionais da Igreja Católica, sobre o situacionismo social e económico. Apesar das dificuldades de entendimento entre os dois partidos que disputam espaços que se sobrepõem, e que são por isso forçados a exibir agudas divergências formais, o bloco central renasce em quase todas as «questões de regime».

Desta ausência de vontade reformista do governo, do incumprimento das suas promessas e da sua deriva política nasce a proposta, ou a vã ambição de absorver a esquerda no pântano da governação.

A resposta é e deve ser dada pelos factos, pelo saldo destes últimos dois anos.

O melhor destes dois anos, foi o que as esquerdas impuseram a um governo sem maioria absoluta parlamentar o início da reforma fiscal, um patamar de resistência para a defesa de uma segurança social universal e inter-geracional, o abrir de portas para uma nova política de combate à toxicod dependência e ganhos de causa em matéria de direitos civis.

O PS não teria feito nada disto se para tanto as esquerdas não se tivessem batido com proposta própria. E se as esquerdas estivessem no bolso do PS também não. Porque estavam de fora do governo, dotadas de autonomia e independência, é que o puderam fazer.

Em contrapartida, o pior destes dois anos foi o prosseguimento de uma política económica e social que está a levar o país para um beco sem saída.

Se olharmos para o país, verifica-se que continua a predominar a gestão avulsa de investimentos privados, públicos e comunitários de acordo com a lógica do mercado e dos favores que encontra no aparelho de Estado. Esta estratégia é errada e conduzirá ao agravamento da crise social, pela simples razão de que, enquanto que o sistema político vive hoje no impasse, este modelo de desenvolvimento económico passivo e periférico está condenado ao fracasso. Durante anos, esse modelo baseou-se predominantemente nos salários baixos de trabalhadores pouco qualificados



e intensamente explorados. Financiado por remessas de emigrantes e pela entrada de investimento directo estrangeiro, ou durante muitos anos pela redistribuição do rendimento operada pela inflação – entre trabalhadores e proprietários – ou pelas desvalorizações – entre os patrões importadores e os exportadores –, este modelo deixou de ter suporte e não tem futuro. Se os financiamentos europeus permitiram elevar artificialmente o nível de vida de sectores importantes da população e manter o rolamento desta economia, é certo que a vulnerabilidade económica do país está cada vez mais exposta.

O preço a pagar por estes erros, se se confirmarem as primeiras indicações de uma recessão norte-americana que se estenda à Europa nestes primeiros anos da década de 2000, será o aumento do desemprego. E o aumento do desemprego é tanto mais grave nos países que, como Portugal, têm níveis muito baixos de protecção social ou que têm um desemprego oculto sob a forma de baixos salários. Por outro lado, o dogma do cumprimento dos critérios económicos de Maastricht, em particular o Pacto de Estabilidade, tem sido a garantia da prevalência dos grupos económico-financeiros privados, acentuando-se a desigualdade social e fenómenos de exclusão social.

O esgotamento do modelo económico é reconhecido até pelos governantes. Mas o remédio que sugerem é o da continuação da doença: a manutenção da ortodoxia monetarista, uma globalização passiva, a agricultura às ordens da PAC, a indústria seguindo o caminho da agricultura com competitividade assente em baixos salários e fraca qualificação profissional, a desertificação contínua do interior e urbanização e mobilidade às ordens da construção civil, o estímulo ao consumo com o sobreendividamento bancário e o conseqüente descalabro do endividamento externo. Ao mesmo tempo, agrava-se a incapacidade de resposta do Estado às necessidades sociais – na saúde, na educação, nas pensões, na justiça.

O saldo é fortemente negativo e a inversão de política não é possível com este governo chefiado por António Guterres.

*Quanto mais tempo esta política e este governo durarem mais possibilidades terá a direita de recuperar o governo.*

### 3.4. A DIREITA ENTRE DERROTAS

Os partidos da direita guerreiam-se entre si e internamente num processo típico de procura de caudilho para uma vaga de fundo de alternância. Este processo opera num contexto em que a direita foi acentuando a sua vertente mais conservadora, contra os direitos civis, procurando uma base política populista construída na base dos sentimentos de insegurança e medo das populações. A direita apresenta-se como o partido da ordem e da polícia, reclama o ataque fiscal aos pobres através do IVA, exige a privatização de serviços públicos incluindo a segurança social, clama por mão dura sobre os imigrantes. Explora o clientelismo do PS e o escândalo do tráfico de influências, procurando fazer esquecer o seu próprio passado recente no governo – e mesmo os seus compromissos com o governo Guterres, estabelecidos em cinco Orçamentos de Estado.

As diatribes entre PSD e CDS não são de molde a que se subestime o significado profundo e o impacto destas políticas. A verdade é que, com a lenta perda eleitoral do PS e com a ameaça da recessão internacional, os grupos económicos se vão distanciando de António Guterres, e que a direita tenta recompôr a sua base social de apoio.

Falta-lhe contudo uma liderança política e a conturbada história de impasses entre PSD e PP reforça essa dificuldade. A verdadeira disputa pelo poder, a que se travará dentro do PSD, só ganhará forma quando melhorarem as suas condições eleitorais. Nesse momento, porventura com outros protagonistas e sob forma nova, ressurgirá a AD. O fracasso da candidatura presidencial de Ferreira do Amaral e a divisão acentuada na eleição para a Câmara de Lisboa, confirmam que ainda não estão reunidas as condições para essa alternância.

*À direita da governação as forças não são ainda convergentes e a direita continua a ensaiar sem êxito e a fracassar com êxito a constituição de uma sempre adiada aliança.*

### 3.5. A CONTRA-REFORMA ELEITORAL

Ao criticar as alianças que o governo tem desenvolvido ao longo dos seus seis anos com a direita – com o PSD e PP, agora com Daniel Campelo – o Bloco de Esquerda opor-se-à tam-



bém ao conteúdo destas alianças na viciação do sistema político, condenando com insistência as novas peças de contra-reforma do sistema político, onde avulta a alteração às leis eleitorais para a Assembleia da República. O Bloco denuncia firmemente o significado político destas contra-reformas das leis eleitorais, que procuram garantir o sistema rotativo bipolar e colocá-lo acima de qualquer questionamento ou contestação pelo eleitorado. Num contexto em que os socialistas passaram a jogar à defesa, as medidas de alteração do sistema eleitoral surgem como a bóia de salvação das soluções de alternância. E que agravam a crise política e a crise da política.

A proposta de nova legislação eleitoral autárquica era unicamente a primeira peça. Sem considerar nem a limitação de mandatos nem o aumento dos poderes de controlo e de deliberação das assembleias municipais, o governo propôs e negociou com o PSD uma proposta de empossar um presidente de plenos poderes. Era apenas a primeira peça da contra-reforma eleitoral. A proposta de círculos uninominais, que se lhe seguia, era o corolário de um golpe político contra a proporcionalidade, procurando garantir o espaço da bipolarização e da alternância entre PS e PSD como a marca do sistema político.

Derrotar no ovo esta enorme operação deve unir quantos e quantas entendem que a diminuição do leque de escolhas políticas só pode agravar a crise da política.

*Derrotar no ovo esta enorme operação deve unir quantos e quantas consideram que a criação de círculos uninominais só pode trazer ao de cima, em circunstâncias de espectacularização comunicacional, uma das piores tendências históricas do exercício do poder no país: o caciquismo e o despotismo iluminados.*

Também por isto é impensável que na esquerda se continue a dar crédito a quem não deseja outra coisa senão destruí-la como corrente autónoma e amarrá-la a um ministerialismo sem projecto nem proposta, e a um poder auto-suficiente e incapaz de responder às populações a quem prometeu democracia, desenvolvimento e justiça – e que, por isso, quer alterar as regras eleitorais para criar imunidade às críticas que se manifestam com o voto. A liderança actual dos socialistas é coveira de si própria e quer levar a esquerda com ela. Só irá quem quer.

### 3.5. O DESAFIO DA "GOVERNABILIDADE"

António Guterres propõe-se incorporar na área do governo «os dez por cento» de povo que se situam à sua esquerda. A proposta dirige-se às forças existentes ou a uma nova e misteriosa força política que nesta área venha a emergir. A condição: que seja «aberta», «moderna» e «europeia». Ora, desde que dirige o PS, António Guterres tem sustentado que o caminho da rosa é «em frente» - o que se tem traduzido em oscilações políticas que não escondem uma marcada vocação pelas alianças à direita nas questões essenciais. Os factos provam que não mudou nem de opinião nem de orientação

Se tivesse foros de «viragem à esquerda», outra teria sido a atitude do PS no Orçamento de Estado, quando o governo preferiu a via limiana. E desde então, o governo confirmou esta política, com propostas de lei que visam, acima de tudo, bipartidarizar ao centro a vida política por via de uma contra-reforma eleitoral a que a direita nunca se atreveu sozinha. Quando António Guterres se refere a uma «nova força política» necessária para se aliar ao PS no apoio ao governo, o que está a fazer é um descarado convite à cisão no PCP.

Ora, vale a pena passar em revista a experiência de Lisboa. Ela aglutinou vontades que não queriam apenas acabar com a «era Abecasis», mas erguer um projecto para a capital. Não se tratou de eleger Mário Soares contra Freitas do Amaral ou António Guterres contra Cavaco Silva. Tratou-se de uma alternativa, no sentido mais nobre do termo. PCP e PS foram decisivos, mas não esgotaram a proposta nem as capacidades de participação. A dinâmica que então emergiu esteve longe de ser simplesmente «melhorista». Ali nasceu um projecto para a transformação da cidade profundamente marcado à esquerda, com planeamento estratégico, promessa de descentralização administrativa e participação cidadã aliada a um esforço de modernização que não receava enfrentar os interesses dominantes na construção.

Doze anos depois, o que sobra? Sobra uma coligação de dois partidos, onde antes existiu um movimento de responsabilidade cidadã. Sobra o casuísmo das decisões, onde antes se introduzira o planeamento e a transparência de regras na relação entre o município e os promotores. E sobra



um presidente que decide a seu bel prazer, onde era necessário alguém capaz de ouvir. Sobra, em suma, um mero projecto de poder, onde antes existira a promessa de uma nova geração de políticas urbanas.

A experiência de Lisboa é importante para a reflexão sobre os caminhos da esquerda. Desde logo porque demonstra que a «governabilidade» não pode constituir um fim em si mesmo. A «governabilidade» só faz sentido enquanto instrumento de um processo social, cultural e político de transformação. Sem este horizonte, sem esta força propulsora, qualquer «governabilidade» tende a fazer sua a ordem actual das coisas e a esvaír-se no concerto dos aparelhos. E, nesse contexto, vence sempre a lei do mais forte.

*O «convite» de António Guterres não visa uma «viragem à esquerda» do PS. Pelo contrário, pretende é uma guinada para a direita de quantos se situam à esquerda da governação. O Bloco não vai por aí.*

### 3.6. O PCP E A ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO POLÍTICA

Nas presentes circunstâncias é impossível um acordo de governação entre o PS e o PCP. A condição que ambos colocam para a sua viabilização - «que previamente o outro mude» - está longe de ser realista. Mas as dificuldades porque passam ambos os partidos leva sectores socialistas e comunistas a encarar com expectativas a experiência francesa de governo comum.

O Bloco distancia-se desta hipótese. O problema da esquerda portuguesa não é, nesta fase, de governabilidade - esse é, quando muito, a dor de cabeça dos socialistas - mas de construção de projecto programático e bloco social para uma alternativa de política. Uma eventual materialização à portuguesa da experiência francesa não revelaria apenas os limites de uma solução que se tem revelado incapaz de desarmar o essencial das políticas liberais. Ela constituiria uma tragédia porque seria necessariamente uma aliança de fraquezas e alienaria assim a independência e a capacidade de construção de alternativas a partir dos movimentos e das lutas sociais.

Entretanto, em relação ao Bloco de Esquerda, o PCP manifesta um autismo insistente, baseado na expectativa sucessivamente adiada de que

este movimento desapareça. Este autismo reproduz-se ainda na tentativa de fazer sobreviver um esquema de política unitária ao espelho, apresentando a CDU como monopólio do espaço de representação à esquerda do PS. Esta política sectária tem-se exprimido, por exemplo, em insistentes convites a aderentes do Bloco de Esquerda para que se dissolvam em listas autárquicas da CDU - incluindo em concelhos onde o PCP tem presença eleitoral da mesma ordem de grandeza do Bloco, como em Coimbra.

O PCP pode não apreciar a alteração do mapa político que a emergência do Bloco gerou, mas não ganha nada em ignorar essa realidade. Uma política séria de aproximação entre as esquerdas deve partir do reconhecimento e do respeito pelas diferenças. Qualquer outra via condena-se ao fracasso, atrasa as convergências que o «povo de esquerda» sente como necessárias e enfraquece os seus promotores sem benefício para ninguém.

*Em contraposição, o Bloco tem todas as razões para continuar a defender e a valorizar uma política de unidade e convergência das esquerdas em torno de alternativas concretas ao rotativismo que marca e envenena a democracia portuguesa.*

### 3.7. O BLOCO COMO ALTERNATIVA NA OPOSIÇÃO

O Bloco de Esquerda decidiu, na sua Iª Convenção, «correr por fora» da governação, estando «por dentro» das instituições eleitas. O Bloco afirmou que não era candidato a nenhuma plataforma de governo ou acordo para-governativo e deixou claro que, ao assumir plenamente as suas responsabilidades políticas e institucionais, se propunha concretizar uma estratégia de renovação da oposição. Assim fez.

O modo de acção e a atitude do Bloco permitiu arrancar concessões importantes a um governo que no parlamento não dispõe de maioria absoluta. Com energia e qualidade propositiva, não limitamos uma atitude de oposição, antes com ela se abriram espaços na opinião pública e na sociedade.

Com a entrada do Bloco de Esquerda no parlamento deram-se os primeiros e passos em direcção a uma reforma fiscal justa e moderna, a



uma nova política de abordagem da toxicodependência ou de defesa mínima da segurança social pública, o mesmo acontecendo noutros temas de direitos civis. O Bloco não reivindica a exclusividade dessas iniciativas, e pelo contrário valoriza a contribuição de todas as forças que se empenharam no sucesso dessas reformas: são os resultados que nos interessam. Mas acentua que essas concessões arrancadas à maioria governamental, ainda que parciais, só ocorreram com a acção determinante do Bloco.

Quem assume uma oposição coerente, não se aprisionando a lógicas taticistas de aproximação ao poder, determina uma agenda própria, obtendo em consequência, maior capacidade reivindicativa e negocial. Estar de mãos livres e de mãos limpas é a única atitude que uma oposição pode ter, e só assim ela pode vencer.

Num outro plano, esta experiência de dois anos valida a estratégia de um diálogo aberto com a opinião pública, favorecendo as mobilizações sociais, a unidade e a convergência plural das cidadanias mais activas.

O Bloco superou a barreira inicial da sua afirmação, mas ainda mal começou a mudar o mapa político. Para o fazer é necessário derrubar fatalismos e atrair energias novas e jovens; há que desenvolver as políticas alternativas e as propostas estruturantes de que o Bloco é porta voz, contrastando-as com a gestão do governo PS; e há que promover um contacto regular e intenso com as organizações sociais, sejam elas sindicais, associativas, ou temáticas. Por outro lado, teremos de multiplicar as iniciativas de contacto com as populações e acentuar a divulgação local e nacional das propostas mais polémicas.

*Um Bloco activo nas suas responsabilidades institucionais tem que ser um Bloco capaz de se enraizar na sociedade e nos confrontos que definem o seu futuro, vivendo nas transformações de que é portador.*

### 3.8. UMA RESPOSTA PARA O FUTURO QUE É HOJE

O Bloco cumpre o melhor que pode e sabe o seu papel. Mas uma inflexão em profundidade na política nacional exige o concurso de muitas outras energias e vontades. Não temos sobre isto qualquer dúvida: hoje na esquerda ninguém é

autosuficiente

Na convergência que o «povo de esquerda» espera das lideranças em que se reconhece, a pluralidade e o respeito pelas diferenças são essenciais para a construção de confiança mútua. Só por aqui há caminho que acumule forças e razões.

Depois das autárquicas é indispensável trabalhar para dar consistência política à exigência unitária existente no «povo de esquerda». Se a direita é capaz de se unir quando lhe cheira a poder, as esquerdas não devem ser prisioneiras de sectarismo. Uma Mesa redonda de quantos e quantas querem estabelecer plataformas de entendimento com base nas políticas e na acção concreta, em batalhas comuns, deveria poder emergir a partir de agora. Esta proposta apresentamo-la ao Bloco e às outras formações, correntes e activistas cívicos e sociais. Precisamos de uma convergência dotada de forças e propostas que elevem os níveis de exigência e cidadania no país; que responda não apenas ao problema das políticas governamentais, como à urgência de uma ruptura nos modos como o Estado se relaciona com os cidadãos; e que inscreva nas suas propostas o horizonte de uma ruptura com a ordem neo-liberal que comanda a vida económica e social.

*ou do Marche Mundial  
País N.Y*

*Precisamos em Portugal da confluência das lutas que se encontraram em Porto Alegre. Precisamos em Portugal da vitalidade das manifestações da rua de Seattle. Precisamos em Portugal de reviver as forças de Abril. Precisamos por isso de uma esquerda que respeite o seu passado e que lute pelo seu futuro que é hoje.*

## RESOLUÇÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA OPOSIÇÃO AO GOVERNO

*O Bloco de Esquerda reafirma a sua estratégia de constituição de uma oposição forte, propositiva, aberta ao diálogo e empenhada na mobilização social.*

*Essa oposição procura gerar convergências maioritárias para prosseguir a reforma fiscal, para aumentar as pensões de reforma em convergência com o salário míni-*



<sup>e outros</sup>  
mo, para limitar os contratos a prazo e para dar garantias ao emprego, para defender e expandir o serviço nacional de saúde, para consolidar uma nova política para a toxicodependência.

*O Bloco continuará sempre a opor-se a Orçamentos que, na sequência dos anteriores, defendam a continuidade de políticas socialmente injustas.*

*Finalmente, o Bloco manifesta a sua disposição para uma Mesa Redonda das esquerdas que confronte pontos de vista e explore os caminhos possíveis para novas respostas comuns.*

## CAPÍTULO IV O BLOCO EM MOVIMENTO

### 4.1. CONTINUAR OS COMBATES QUE ABRIMOS

O Bloco deve continuar a responder aos compromissos que contraíu com quantos e quantas nele se têm vindo a reconhecer. Assim o fará nas escolhas das prioridades para os próximos anos.

Continuaremos a batalha pela reforma fiscal, por uma nova política contra as drogas, substituindo o proibicionismo por uma política de saúde pública, pela segurança social, pela extinção da precariedade no emprego, pela aplicação de mecanismos expeditos para assegurar a inspecção das relações laborais e a eficácia dos tribunais de trabalho, pela legalização dos imigrantes, pelos direitos civis e culturais de quem é ignorado e discriminado e pela saída da NATO.

*São compromissos que identificam o Bloco no país. Entretanto, queremos colocar na agenda do país novas prioridades:*

#### 4.1.1 A DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES

Em segundo lugar, temos a responsabilidade, que é igualmente um compromisso eleitoral

indeclinável, de amplificar a luta pela despenalização do aborto por decisão da mulher. Essa causa ganha sentido num contexto mais vasto em que os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres devem ser encarados como direitos humanos fundamentais, cabendo-lhes a elas serem sujeito das decisões que lhes dizem directamente respeito, como ficou consignado na Conferência do Cairo em 1994.

Esta causa responde também à necessidade das esquerdas recuperarem a capacidade de iniciativa depois da derrota sofrida e que foi em grande medida da sua própria responsabilidade.

Uma esquerda com iniciativa, portadora de um projecto de modernidade, de defesa da igualdade e da responsabilidade, é a que enfrenta sem temor os poderes instalados no obscurantismo e no conservadorismo enraizados na sociedade portuguesa. Abdicar deste combate, e justificá-lo em nome de outras prioridades, seria fugir à responsabilidade contraída com as mulheres deste país.

A legalização da interrupção voluntária da gravidez por decisão da mulher é simultaneamente uma luta de valores, de saúde pública e de democratização. Não é concebível que poderes de inspiração religiosa ou de ética corporativa se sobreponham, num estado laico e democrático, ao poder de decisão de cada mulher sobre o seu corpo e direitos reprodutivos.

O aborto não é um método de planeamento familiar ou de contraceção. É um último recurso para evitar uma gravidez não desejada, imposta ou com riscos de saúde. Só as carências educativas e as falhas nos meios anticoncepcionais continuam a obrigar ao recurso ao aborto, que actualmente é praticado sem as mais elementares condições de saúde física e psicológica. Assim, a mulher é duplamente vitimada pelo aborto clandestino: pela estigmatização e pela ameaça penal, e ainda pelos riscos sérios em que incorre.

A controvérsia anterior acerca da questão, e a forma abrupta como foi fechada na sequência do acordo entre o PS, o PSD e o PP, que conduziu ao referendo de 1998, tem levado a um impasse. A questão do aborto transformou-se por isso, simbólica e materialmente, num ferrolho contra as liberdades de escolha e de decisão no país.

Apesar das reservas compreensíveis em re-



lação ao recurso a este instrumento no passado, um novo referendo que tenha legitimidade e que decida pelo direito da mulher é absolutamente incontornável, dada a realização anterior de um primeiro referendo. Por isso, deve o grupo parlamentar do Bloco, em unidade e convergência com as forças que se queiram associar a esta luta democrática essencial, propor ao Parlamento e ao Presidente da República a realização de um novo referendo visando um debate sério da questão, onerando os conservadores pelo agravamento do problema, e motivando uma participação mais elevada para que uma lei despenalizadora possa ser em consequência aprovada e publicada.

Este processo não se confina ao parlamento, nem se esgota nele. É importante que se concretize um movimento alargado associações de mulheres e de defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, de organizações de saúde, de partidos, de personalidade que são referências de opinião e de cidadãos, antes e depois da votação da proposta de um referendo na Assembleia da República.

Neste contexto, alguns comentadores insinuam ou afirmam que o Bloco de Esquerda procura “questões fracturantes” por uma estratégia de afirmação. Ora, essa crítica baseia-se na presunção de que é desejável ou preferível a passividade, o calculismo do mal menor – que tem sido o mal maior de uma esquerda que vive da adaptação – a qualquer conflito transformador. Não é essa a nossa orientação e, pelo contrário, escolhemos o confronto aberto e clarificador sempre que essa causa é necessária. Mais: fazêmo-lo com vontade de vencer e não para plantar bandeiras de auto-propaganda.

Estamos profundamente convencidos de que nenhuma esquerda responsável pode contornar hoje esta questão. Temos consciência de que não se trata de um objectivo fácil. Mas adiar escolhas para as calendas é desmotivante das forças de mudança. Não foi para isso que nasceu o Bloco e não é para isso que vive.

## RESOLUÇÃO SOBRE A DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO

*A reabertura do combate pela despenalização do aborto é assumida pelo Bloco de Esquerda como prioridade. Ao anunciar a sua disponibilidade para agendar uma iniciativa parlamentar nesse sentido, e ao consultar e procurar o consenso de outras forças políticas e sociais que são parte do campo da despenalização, o Bloco manifesta desde a primeira hora o seu esforço para concretizar uma convergência maioritária que saia vencedora deste combate.*

*Compete ao Grupo Parlamentar escolher, em consulta com a Mesa Nacional, os primeiros passos desta intervenção no âmbito parlamentar. Compete ao Bloco no seu todo promover este debate na sociedade, para que se alicerce o movimento que leve de vencida o conservadorismo e o preconceito que se escondem por detrás da penalização da interrupção voluntária da gravidez.*

### 4.1.2 A REFORMA DOS SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE

Do mesmo modo, é forçoso que no país se façam escolhas sobre a política de saúde. A degradação e o descontrolo do Serviço Nacional de saúde são hoje preocupação central da maioria dos cidadãos(ãs). Este é uma das políticas sociais onde o PSD e o PS falharam clamorosamente e, por isso, a contestação é generalizada e as populações exigem alternativas.

A direita pressiona para uma maior privatização do sistema e para a redução do SNS a uma assistência de segunda para pobres. O PS cede à vez aos grupos de pressão da indústria e



do comércio farmacêutico, à promiscuidade da clínica privada, ao desnorde na relação dos hospitais e centros de saúde, ao crescimento dos serviços privados de meios complementares de diagnóstico.

Assim, as relações entre os subsistemas da segurança social e do SNS são cada vez mais complexas, opacas e geradoras de desigualdades. E, contudo, as verbas para o SNS e a moda contínua dos “buracos financeiros” são uma despesa orçamental crescente sem correspondência nos cuidados prestados e não explicável pelos avanços da tecnologia a pagar no SNS.

Como na questão da despenalização do aborto, a defesa de um SNS de qualidade implica a convergência de quantos e quantas o querem defender e melhorar. Nomeadamente, são indispensáveis instrumentos independentes de avaliação, fiscalização das políticas do ministério e que no país possam emergir movimentos de exigência cidadã por uma nova política de saúde. O Bloco de Esquerda dispõe-se a colaborar nesta via, convicto de que a saúde pública constitui uma proposta muito forte para a acção social e uma prioridade essencial para o futuro.

## 4.2. A LUTA PELO DIREITO DE QUEM NÃO TEM DIREITOS NO TRABALHO

O Bloco responde a dois problemas imediatos e fundamentais de quem trabalha: a precariedade como desemprego disfarçado e vida sem direitos, e a incapacidade de aplicar a legislação do trabalho e mesmo as decisões dos tribunais em favor dos trabalhadores.

A generalização das formas de precariedade, que abrangem cerca de um quarto do trabalho registado e quase todo o trabalho imigrante, tem vindo a marcar a evolução social dos últimos anos. A alteração das regras dos contratos a prazo e a protecção social a todas e todos quantos são vitimados, são por isso combates de urgência.

No mundo do trabalho grassa a impotência face ao incumprimento de qualquer peça da legislação que seja favorável aos trabalhadores. Muitas entidades patronais sentem-se à vontade para violar a lei e para cometer todo o tipo de abusos. A verdade é que a inspecção do trabalho e os tribunais respectivos são inoperantes. Alguns autos e sentenças positivas, depois de anos à espera, fi-

cam inaplicados ou são ineficientes. Nas empresas, a proclamação do estado de direito só serve para chamar a polícia quando há uma greve. De resto, na generalidade das empresas maiores ou menores, formais ou informais, o direito fica à porta. Esta é uma trincheira de luta fundamental, onde os sindicatos têm tido dificuldades e onde a esquerda se tem limitado à denúncia.

O Bloco de Esquerda promoverá uma campanha vasta pelo esclarecimento de direitos laborais, de denúncia da lista dos violadores da lei, propondo medidas de processo-crime relativamente às violações mais graves e avançando com um novo ordenamento jurídico para a justiça no trabalho. O governo tem de ser interpelado também nesta área pela cumplicidade com a situação de desregulamentação activa dos direitos dos trabalhadores e abuso de vários direitos humanos.

Esta actividade é fundamental e é complementar da acção em sindicatos e comissões de trabalhadores pelas reivindicações que exprimem a unidade dos seus representados, sejam elas as da redução do horário semanal para 35 horas, aumentos salariais que compensem a inflação e os ganhos de produtividade, prioridade ao crescimento dos salários mais baixos através de aumentos mínimos em valores absolutos, ou ainda as exigências por pensões e reformas condignas.

## CAPÍTULO V O BLOCO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O Bloco de Esquerda candidata-se às eleições autárquicas com um projecto próprio para o poder local, para as metrópoles e para a interioridade. Revaloriza o planeamento urbanístico e os instrumentos da participação. Apresenta ideias próprias sobre o financiamento, as competências e a articulação das autarquias locais. Propõe que se valorizem devidamente as incidências ambientais e as consequências sobre o ordenamento do território que decorrem de decisões camarárias e centrais. O Bloco apresentar-se-á nas eleições autárquicas com ideias claras sobre a extinção dos guetos, a requalificação do espaço público, a mobilidade das pessoas e a democracia urbana.



## 5.1. A PRESENÇA DO BLOCO NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

O programa identificativo do Bloco de Esquerda, com política própria e não delegável, impõe por isso a escolha da participação eleitoral com listas próprias.

Não queremos apresentar listas por conveniência partidária. O Bloco chama à colaboração independentes, técnicos, representantes de associações locais, activistas sociais, autarcas. Abre a porta a outras propostas e abre as suas listas a todas e todos que participem do compromisso programático representado pelo “Manifesto Autárquico” que a Convenção analisa em ponto próprio da ordem de trabalhos.

O Bloco de Esquerda tem nas eleições autárquicas a responsabilidade e a oportunidade de chegar perto de muitos(as) cidadãos(ãs). De se identificar e de estruturar vontades locais. De multiplicar os rostos de uma esquerda que tem presenças e compromissos claros, mas não lugares cativos.

Os critérios para a constituição dessas listas são os seguintes:

(a) devem ser constituídas listas do Bloco onde o movimento disponha de capacidade de apresentar programas alternativos consistentes,

(b) é condição para a apresentação dessas listas que sejam protagonizadas por candidatas e candidatos capazes de representar a política autárquica do Bloco e que sejam essencialmente compostas por candidatas e candidatos social e politicamente representativos da vida local,

(c) devem essas listas comprometer-se com o Manifesto Autárquico que seja aprovado pela Convenção,

(d) devem esses candidatos comprometer-se, em caso de eleição, com a participação numa associação de autarcas que o Bloco venha a formar, para organizar a cooperação, a troca de informações e o trabalho para uma acção municipal coordenada,

(e) devem esses candidatos comprometer-se com os seus eleitores em relação à prestação de contas das suas actividades,

(f) deve a sua actividade estar subordinada ao cumprimento dos objectivos do programa pelo qual foram eleitos, e em função disso excluem-se alianças ou participações em governo municipal que não sejam representativas dos objectivos fun-

damentais que determinaram a apresentação da candidatura e a sua escolha pelo voto popular.

→ *partidária*

O Bloco de Esquerda constitui em paralelo os programas e as listas para municípios e freguesias. Resulta das suas assembleias e coordenadoras o plano de campanha e de financiamento da actividade eleitoral bem como o ordenamento dos(as) candidatos(as), cujas listas são ratificadas em última instância pela Mesa Nacional, nos termos estatutários. No movimento, deve ponderar-se cuidadosamente cada candidatura à Câmara Municipal, Assembleia de Municipal e Assembleia de Freguesia. Uma vez apresentada, esta não será retirada.

Em suma, o Bloco conta e qualifica a sua política em votos. Exceptuando casos singulares onde esteja em causa o restabelecimento do funcionamento democrático – como por exemplo em concelhos da Madeira onde o Bloco se associa ao esforço para listas de unidade contra o jardimismo –, a regra é a de candidaturas próprias do BE.

## 5.2. A COERÊNCIA DA ACÇÃO DO BLOCO NAS AUTARQUIAS

Estas são eleições concretas, com dinâmicas locais importantes, embora unidas por uma referência comum no programa, nas características essenciais da actividade do Bloco, e no tipo de intervenção.

A unidade dessa intervenção é fundamental em dois planos. Em termos programáticos, todas as candidaturas devem subscrever o Manifesto Autárquico, que fixa os principais objectivos em termos de democracia e participação, transparência municipal, desenvolvimento sustentado, defesa do ambiente e direitos sociais e culturais dos moradores. Em termos eleitorais, as candidaturas comprometem-se igualmente com programas concretos para o seu município, que resultam do trabalho conjunto das listas e dos aderentes locais.

O Bloco contesta o situacionismo, bem ilustrado pelo propósito do PS e PSD de blindagem do poder local a toda a crítica e a qualquer pluralismo, legitimando assim o caciquismo – que é a nota dominante da contra-reforma eleitoral que foi ensaiada para as autarquias locais. Por isso mesmo, o Bloco valoriza as formas de representação que se baseiem numa intervenção acti-



va e permanente das populações, pelos que as suas candidaturas ficam obrigadas a esses compromissos com regras explicitadas de prestação de contas. Estes princípios abrangem todas as listas sem excepção, incluindo as que resultem da convergência com grupos que não pertençam ao Bloco de Esquerda.

Deve-se assinalar ainda que estas eleições não contabilizam todo o universo eleitoral e que, por isso, os seus resultados não são extrapoláveis para uma avaliação da contabilidade eleitoral nacional.

## RESOLUÇÃO SOBRE A CAMPANHA AUTÁRQUICA DO BLOCO

*1. O Bloco apresentará candidaturas onde disponha de capacidade de concretizar um programa consistente e listas na base de candidatas e candidatos representativos,*

*2. As candidaturas serão propostas pelos núcleos e aderentes locais, sendo sujeitas a ratificação pela Mesa Nacional,*

*3. Estas candidaturas estão abertas à participação de independentes que queiram colaborar com o movimento e participar na escolha dos seus programas locais e nacionais para a batalha autárquica,*

*4. O Bloco realizará reuniões por grandes áreas geográficas, incluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e as cidades médias do interior, para preparar os programas e as listas,*

*5. Em consequência das conferências metropolitanas e das reuniões das candidaturas, os programas autárquicos deverão ser elaborados reflectindo os compromissos resultantes do Manifesto Autárquico, concretizando-os na dimensão local.*